

Categoria
Trabalho Acadêmico / Artigo Completo

DO “LIXÃO” AO ATERRO: HISTÓRIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS AMBIENTAIS EM GUARAPUAVA/PR (1970 – 2010)

Vladson Pateneze Cunha¹

RESUMO: As questões ambientais têm ganhado importância em nossa sociedade, tanto no âmbito político quanto no âmbito econômico e cultural. A História Ambiental tem buscado uma ampliação do conhecimento científico referente à natureza e, principalmente, das consequências da ação humana (direta ou indireta) em relação ao meio ambiente. Nossa pesquisa tem como objetivo investigar a forma de elaboração das políticas públicas ambientais no município de Guarapuava/PR, durante os anos de 1970 a 2010, relacionadas com a produção, coleta e destinação do “lixo” urbano residencial. Compreendendo as políticas públicas como o conjunto de ações do Estado, definidas por agentes sociais e políticos, com o objetivo de resolver problemas da coletividade, nossa investigação histórica busca entender as relações sociais e políticas envolvidas com o tema e relacioná-las com as transformações no espaço urbano, na economia e no próprio discurso político-social elaborado no período. A análise e interpretação de Leis municipais, projetos de leis, atas de reuniões, entrevistas, justificativas de projetos, projetos de governo e, principalmente, o Plano Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos, além da bibliografia específica e interdisciplinar nos permitem apresentar resultados preliminares de pesquisa que demonstram a influência do poder executivo na proposição da legislação municipal e o aumento da importância do tema ambiental no discurso social e político local.

Palavras-chave: Políticas Públicas, História Ambiental, Lixo.

¹ Mestrando em História Social, Universidade Estadual de Londrina (UEL), bolsista CAPES.

Introdução

As preocupações ambientais sempre fizeram parte da vida do ser humano desde os primórdios da sociedade. O ser humano, dependente que é da natureza, teve e tem necessidade de buscar alimento, água, locais adequados para viver e onde se sintam bem. Dessa maneira, podemos considerar que a sociedade busca sempre o melhor para si e tenta, da melhor maneira possível, viver bem em seu ambiente. Porém, as mudanças históricas ocorridas na sociedade ao longo de sua existência ocasionaram um aumento dos impactos humanos provenientes de suas organizações de produção ao relacionar-se de diversas maneiras com a natureza e seus elementos.

O aumento da população e as mudanças nas formas de produção de bens necessários à vida em sociedade, principalmente depois do advento da indústria moderna, ocasionaram também uma ampliação da exploração de recursos naturais. O alerta a respeito da exploração excessiva dos recursos naturais e dos impactos negativos causados pela ação humana à natureza foi feito por diversos autores, em diferentes épocas e utilizando argumentos diversos. Porém, nem as autoridades, nem a população em geral prestaram muita atenção a esses personagens tidos como profetas do apocalipse ou meros lunáticos defensores da natureza.

Nos anos 60 do século XX juntamente com o movimento de contracultura nos EUA, ganhou corpo a crítica dos ambientalistas ao modelo de desenvolvimento proposto pelas sociedades ocidentais, principalmente a estadunidense. (GONÇALVES, 2004) Os altos níveis de consumo e produção industrial começavam a ser questionados, pois causavam paralelamente grandes níveis de poluição que eram jogados na natureza sem muita preocupação por parte da sociedade.

Pensava-se que a natureza poderia dar conta de despoluir tudo, reabsorver os produtos nocivos e fazer tudo ficar como antes. Caso a natureza não conseguisse isso, o ser humano por meio de suas técnicas e da invenção de novas tecnologias conseguiria

resolver os problemas. A sociedade não precisava se preocupar. Mas, não foi bem isso que a nossa sociedade viu acontecer.

O uso indiscriminado dos recursos naturais começou a causar problemas de grandes proporções como a erosão e a desertificação de áreas agrícolas, a contaminação do solo e de lençóis freáticos por agrotóxicos e dejetos industriais, o ar nos centros industriais tornou-se irrespirável e até o lixo, os restos da civilização, se transformaram em um sério problema, pois sua quantidade aumentava (e aumenta) exponencialmente, causando a proliferação de insetos, bactérias e germes causadores de doenças para os seres humanos. É nesse contexto de crise socioambiental dos anos 60 do século XX que emerge o que Carlos Walter Porto-Gonçalves chama “questão ambiental”. (GONÇALVES, 2004)

Nosso objetivo neste artigo é apresentar e trocar informações a respeito de nosso projeto de pesquisa desenvolvido no curso de Mestrado em História Social da Universidade Estadual de Londrina sob a orientação do professor Dr. Jozimar Paes de Almeida. Procuraremos, num primeiro momento, definir nosso objeto de pesquisa por meio da exposição de nosso problema temático, do local e da temporalidade que pretendemos abordar: o “lixo”, Guarapuava-PR, 1970-2010.

Na segunda parte da comunicação, procuramos elaborar uma interpretação das possibilidades de análise do tema por meio da perspectiva da História Ambiental, procurando assim contribuir para a ampliação do entendimento do problema por intermédio de nossa pesquisa.

Depois, na etapa seguinte, nosso objetivo será o de definir de que maneira o entendimento da história das políticas públicas, compreendidas como instrumentos de gestão e resolução de problemas socioambientais, podem nos ajudar a entender as formas de enfrentamento da questão da produção, coleta e destinação do lixo urbano residencial.

Nessa etapa também pretendemos contextualizar o problema da questão do “lixo” em relação à cidade de Guarapuava, no estado do Paraná, objeto de nossa pesquisa.

Apesar de trabalharmos com uma situação local como objeto de análise, entendemos que a questão ambiental é de uma maneira ou de outra, global.

Os problemas ambientais resultantes da ação humana, vivendo em sociedade, e relacionando-se com a natureza não nos parecem ser muito diferentes em seu contexto geral no Japão, na Índia ou no Brasil. Em nosso caso estudaremos historicamente as especificidades de nosso objeto de estudo, pois as formas de lidar social e culturalmente com o problema podem variar, mas a nosso ver, os problemas em si são bastante semelhantes, visto que a essência das atividades humanas também o é.

Tais atividades são provenientes de um sistema produtivo onde os 20% dos habitantes mais ricos do planeta consomem quase 80% dos recursos naturais e onde o atual estilo de vida “[...] vivido pelos ricos dos países ricos e pelos ricos dos países pobres, em boa parte é pretendido por aqueles que não partilham esse estilo de vida”, configurando um modelo-limite e um “[...] sério risco para todo o planeta e para toda a humanidade”, submetendo todos a uma mesma lógica de caráter predominantemente mercantil. (GONÇALVES, 2004, p.31)

Concluiremos nosso artigo procurando elencar alguns resultados preliminares de nossa pesquisa, relatando algumas informações a respeito das políticas públicas implementadas no município de Guarapuava e que podem contribuir para ampliar o entendimento da questão ambiental relacionada ao tema da produção, coleta e destinação de lixo urbano residencial em nossa sociedade.

1 – A sociedade e o lixo.

O “lixo”, subproduto de qualquer sociedade, sempre esteve presente em todos os momentos da história humana. O ser humano, vivendo em sociedade, produz os bens que necessita através do seu trabalho e, ao final, sempre sobram restos das diversas atividades que realiza e que, para alguns seres humanos, não servem para mais nada.

Esses restos, sobras, pedaços, trapos, rejeitos, dejetos, resíduos, mais comumente chamados de “lixo”, oriundos das atividades sociais e produtivas da própria sociedade, começaram a se tornar um problema socioambiental quando sua quantidade aumentou demais. Tornou-se então necessário discutir e pesquisar formas de lidar com tal problema, caso contrário a sociedade pagaria um alto preço por essa negligência. O “lixo” se transformou em um problema social, ambiental e político de grande relevância para a sociedade e configura-se como objeto de estudo de diversas pesquisas científicas, entre elas a nossa.

O conceito “resíduos sólidos” passou a fazer parte da terminologia de pesquisas e trabalhos científicos recentemente em substituição ao conceito “lixo”, pois se mostrou um conceito mais abrangente para definir a grande quantidade, e os diversos tipos de rejeitos produzidos pelas sociedades urbanas contemporâneas. (ASSUNÇÃO *et alii*, 2007) Apesar da maior abrangência do conceito, em alguns momentos utilizaremos o conceito “lixo” por ser, a nosso ver, um conceito popularmente mais conhecido e mais utilizado para designar aquilo que, para muitos de nós, não nos serve mais e pode ser levado “[...] para bem longe, onde possa livremente sujar, cheirar mal e atrair doenças”. (GOULART, 1989)

Apesar de serem sinônimos, podemos diferenciar os conceitos da seguinte maneira: “lixo” é tudo aquilo que não tem mais serventia alguma para a sociedade, sendo, portanto necessário dar-lhe um destino ambientalmente adequado e seguro; quanto ao “resíduo”, tal termo define tanto os rejeitos sem serventia e ambientalmente perigosos, quanto todo e qualquer outro rejeito da sociedade como, por exemplo, o lodo de esgoto, plásticos, papelão, latas, vidros e restos de alimentos, que podem ser reaproveitados pela sociedade em outras atividades e mesmo em processos industriais.

A temporalidade estabelecida na pesquisa abrange um período que se estende da década de 70 do século XX até o ano de 2010, primeira década do século XXI. Tal marco cronológico levou em consideração características do desenvolvimento sócio-político envolvidos com o tema, como a maior preocupação com os recursos naturais e com os

impactos humanos em relação ao meio ambiente. Também podemos observar que durante esses anos foram desenvolvidas políticas públicas para o setor em todos os níveis de poder do Estado e o debate público se tornou parte do ideário social em todo o mundo praticamente.

Em nossa pesquisa temos como objetivo investigar de que maneira o poder público de Guarapuava elaborou suas políticas públicas ambientais e quais foram às forças sociais e políticas que atuaram nessa elaboração, conferindo à cidade sua atual política pública ambiental. Assim buscamos especificamente compreender como são produzidas as políticas públicas, analisar e comparar a legislação ambiental municipal, estadual e federal e, entender como o Estado e a sociedade local lidaram com os problemas decorrentes da geração de resíduos sólidos urbanos (lixo domiciliar) na temporalidade estabelecida, buscando opções para resolvê-los ou minimizá-los.

2 - A História e o Meio Ambiente - História Ambiental.

Adentrar o campo de estudos ambientais vem se tornando uma prática comum aos historiadores e outros cientistas sociais. Apesar de relativamente novo, o interesse pela questão ambiental por parte dos historiadores, fruto do alargamento das temáticas abordadas pela ciência histórica no século XX, assumiu uma importância muito elevada na sociedade devido aos diversos efeitos negativos que a atividade humana causou (e ainda causa) em todos os lugares do planeta. (ALMEIDA, 2011; MARTINEZ, 2006).

Contaminação das águas, dos solos, do ar, derramamentos de petróleo, contaminação radioativa, contaminação de pessoas por produtos industriais, destinação incorreta do lixo urbano e tantos outros problemas fizeram com que a temática ambiental se tornasse obrigatória nos debates e pesquisas acadêmicas, nos programas de governo, nos discursos políticos, na legislação, na atividade industrial e até no discurso da propaganda comercial. Apesar das preocupações de diversas pessoas e entidades com o meio ambiente, na tentativa de melhorar, preservar ou ajudar de alguma forma a

natureza, ajudando assim a sociedade e o ser humano a ter um mundo melhor; nossa realidade demonstra que esses esforços ainda são de uma minoria.

Para Martinez (2006, p. 16) “[...] o desprezo pelo passado e a indiferença quanto ao futuro, que a sociedade brasileira, em particular, parece nutrir secularmente, aproxima o conhecimento histórico e o debate de questões ambientais neste início de século”. Para o autor supracitado, esse contexto de presentificação da sociedade causa uma séria crise de apatia e imobilismo, reforçando o sentimento de impotência individual e coletiva para promover mudanças de maior vulto, e até mesmo para compreender melhor o tempo presente e seus problemas. Assim, a história tem um importante papel dentro da busca pelo entendimento do mundo em que vivemos e das questões que nos são colocadas pela sociedade.

Em sua obra “História Ambiental no Brasil – pesquisa e ensino”, Martinez também tece comentários a respeito da profícua relação existente entre História e Natureza. Tal relação tem despertado interesse em diferentes cientistas e grupos sociais, de diversas partes do planeta, para pesquisar mais profundamente a relação da sociedade com o meio ambiente. Segundo Martinez:

Em distintos países existem manifestações de uma prática historiográfica dedicada ao meio ambiente. Esta, porém, não pode ser dissociada da construção de seu problema teórico, qual seja, o das relações sociais e os vínculos que são estabelecidos com o espaço, moldando territórios e afetando a natureza. [...] Uma das peculiaridades mais destacadas da História Ambiental seria, assim, o exame das relações entre os seres humanos e, dentro e a partir delas, a análise das relações que se estabelecem com o mundo natural. (2006, p.19)

Também Almeida (2011, p. 259), contribuindo para o entendimento da questão da relação entre História e Meio Ambiente, nos diz que esta relação “[...] deve fundamentar-se nas complexidades e constelações conceituais de caráter interdisciplinar, ultrapassando desta forma as fronteiras das disciplinas científicas que fragmentam o conhecimento em áreas estanques, procurando assim uma busca constante de diálogo”. Tal é também o nosso entendimento e a nossa prática de pesquisa tenta, na medida do

possível, entrar em contato e diálogo com outras áreas de conhecimento para elucidar nossas dúvidas e melhorar nossa interpretação histórica.

Martinez, comentando o aumento do empenho de cientistas, particularmente dos historiadores, em tentar entender a relação sociedade-natureza recupera as origens do desenvolvimento da História Ambiental e coloca-nos diante da raiz dos problemas enfrentados pela sociedade, a chamada crise ambiental

[...] que tem como características principais a contaminação da biosfera e da atmosfera pelos resíduos das atividades produtivas e de consumo [...] ela adquire maior alcance social e dimensões planetárias na década de 1960. É uma crise derivada da insustentabilidade dos padrões de produção e de consumo criados pela sociedade industrial e que não parou de expandir-se desde a segunda metade do século XVIII até os dias de hoje. (2006, p. 52/53)

Também entendemos, com base em Gonçalves (2001), que nossa sociedade está a cada dia destruindo suas fontes de sobrevivência acreditando que a ciência e a tecnologia poderão corrigir os erros cometidos pela nossa geração e pelas gerações anteriores que não se preocuparam com o impacto de nosso modo de vida na natureza. Tal maneira de pensar parece-nos, como ao autor, um ledor engano, pois segundo Gonçalves (2001, p. 123/124) “[...] é preciso que fique claro que a solução dos problemas ambientais não é de natureza técnica, mas de uma opção político-cultural”.

Nesse sentido, gostaríamos de salientar também a existência de um embate social, cultural e político entre duas realidades distintas e antagônicas: a racionalidade econômico-crematística de um lado, e a racionalidade ambiental de outro. (GONÇALVES, 2004). A racionalidade econômico-crematística capitalista, baseada na apropriação e exploração da natureza, não respeita o tempo dos processos naturais de metabolização dos rejeitos da sociedade, aumentando o grau de desestabilização entrópica nos processos naturais. (ALMEIDA, 2011)

Dessa maneira, entendemos que a abordagem proposta pela História Ambiental pode produzir uma grande contribuição no entendimento da questão ambiental por buscar

uma interrelação entre as atividades sociais inerentes ao ser humano e seus impactos na natureza, envolvendo o passado e o presente numa tentativa de entendimento holístico do sentido que damos e damos à nossa vida em sociedade e às nossas ações enquanto seres pensantes.

3 - Políticas Públicas Ambientais.

O debate teórico em torno da definição de políticas públicas ocorre por meio de diversas proposições teóricas, porém elencaremos três modelos principais de análise: o pluralismo, o marxismo e o neoinstitucionalismo. Para os efeitos de nosso estudo procuraremos uma abordagem que, centrada no debate do neoinstitucionalismo, também não deixa de lado as outras abordagens. Tal proposição se mostra pertinente na medida em que nenhuma das teorias referidas dá conta de explicar de forma definitiva tal tema. (SOUZA, 2006)

As políticas públicas são instrumentos de decisão política através dos quais o Estado busca resolver problemas enfrentados por uma determinada sociedade específica. A maneira como essas decisões são tomadas depende também de como a sociedade encara esses problemas e de como se posiciona em relação a eles e ao poder político.

Entendemos que a sociedade, ao defender seus interesses, toma posições que podem ser favoráveis ou contrárias a determinadas posições políticas do Estado, ou de seus representantes, pois não necessariamente o interesse do Estado e de seus agentes representa a vontade da maioria da sociedade ou menos ainda da totalidade da sociedade.

Assim, por meio de uma série de mecanismos de debate e troca de informações técnicas e sociais, o Estado elabora determinadas políticas públicas para enfrentar e resolver os problemas que emergem e exigem soluções. O estudo das políticas públicas teria então como objetivo mais recente entender como e porque os governos optam por

determinadas ações em detrimento de outras, pois, segundo Souza (2006, p. 22) “[...] aquilo que o governo faz ou deixa de fazer é passível de ser (a) formulado cientificamente e (b) analisado por pesquisadores independentes”.

A teoria pluralista do Estado democrático afirma que nas sociedades industriais ocidentais o poder está amplamente dividido entre diversos grupos de interesse e que todos os grupos tem possibilidade de influenciar o processo de tomada de decisões. O pluralismo ganhou interesse nos Estados Unidos com os estudos de Robert Dahl(1961) e Nelson Polsby (1963) e, de acordo com eles, embora os grupos de interesse não tenham o mesmo grau de influência no processo decisório, mesmo os grupos mais fracos poderiam ser ouvidos e ter influência em algum momento do processo. Dessa maneira, para Ham e Hill (1993, p. 47) “[...] o poder tenderia a ser fragmentado e difundido nos sistemas políticos e o quadro básico apresentado pelos pluralistas é o do mercado político onde o que um grupo alcança depende de seus recursos e do ‘nível de decibéis’ que é capaz de emitir”.

Já a teoria marxista compreende o Estado como palco da defesa dos interesses burgueses, sendo as políticas públicas implementadas para defender esses interesses da chamada classe dominante. Uma das grandes contribuições do marxismo para a análise de políticas públicas é trazer para o debate a questão da influência econômica nos assuntos políticos. Assim, com base nessa teoria, podemos evitar o engano de esquecer a relação que certamente existe na sociedade capitalista entre o poder econômico e o poder político. Porém, não devemos transformar o Estado em um títere dos interesses da classe burguesa, visto que algumas vezes o Estado age priorizando interesses não-burgueses (HAM; HILL, 1993).

A teoria neoinstitucional por sua vez coloca o foco de sua abordagem no papel e na importância das instituições e, principalmente do Estado, na decisão, formulação e implementação de políticas públicas. Essa teoria, segundo Rocha (2005), recoloca o Estado como palco de análise privilegiado e teria sido formulada nos anos 80, sendo Skocpol (1985) “uma das primeiras autoras a propor uma reorientação teórica em relação

às abordagens precedentes e a tentar organizar as bases da análise neoinstitucionalista”. (ROCHA, 2005, p. 13) Para o neoinstitucionalismo

[...] o Estado, ao contrário do que defendem os pluralistas e marxistas, não se submete simplesmente a interesses localizados na sociedade, sejam das classes ou dos grupos de interesse. As ações do Estado, implementadas por seus funcionários, obedecem à lógica de buscar reproduzir o controle de suas instituições sobre a sociedade, reforçando sua autoridade, seu poder político e sua capacidade de ação e controle sobre o ambiente que o circunda. (ROCHA, 2005, p. 14)

Assim, a grande contribuição do neoinstitucionalismo reside, segundo Souza (2006, p. 39), “[...] no entendimento de que não são só os indivíduos ou grupos que tem força relevante influenciam as políticas públicas, mas também as regras formais e informais que regem as instituições”. O que move a formulação de políticas públicas é a luta por poder e recursos entre grupos sociais e os embates são mediados pelas instituições políticas e econômicas. Nesse embate, as políticas públicas caminham para direções que privilegiam alguns grupos em detrimento de outros, além de sofrerem a influência de interesses, de ideias e da própria história social, como enfatizam outras vertentes do neoinstitucionalismo. (SOUZA, 2006)

Dessa forma, ao estudarmos a questão das políticas públicas ambientais, nosso esforço de interpretação será no sentido de buscar não uma única teoria explicativa, mas uma junção dessas três teorias para tentar melhor interpretar a maneira como foram definidas ao longo dos anos as políticas públicas relativas a questões ambientais em nossa cidade.

Tal esforço a nosso ver é de suma importância para a busca de uma interpretação mais ampla e holística, da sociedade e das instituições do Estado como definidoras de políticas públicas relativas ao meio ambiente. Assim, esperamos poder contribuir para a ampliação do entendimento da sociedade e da busca por uma opção política que minimize ou resolva os problemas inerentes à relação entre a sociedade atual e os efeitos de nossa civilização para a natureza, e claro, para nós mesmos.

3.1 - As políticas públicas ambientais em Guarapuava.

Guarapuava é a cidade sede do município de mesmo nome localizado na região centro-sul do estado do Paraná, região sul do Brasil. Desde sua fundação, na primeira metade do século XIX, até o início da primeira metade do século XX as principais questões ambientais que preocupavam o poder público foram relacionadas ao abastecimento de água no núcleo urbano e ao problema do esgotamento sanitário.

A partir dos anos 40 e 50 do século XX ocorreu um destacado dinamismo da economia da cidade, propiciado por uma atividade comercial mais intensa com a atividade madeireira e a introdução da agricultura comercial, vindo a originar os primeiros momentos de um processo de industrialização que começamos a perceber também novas demandas socioambientais. (KOBELINSKI, 1999; TEMBIL, 2007).

Segundo Kobelinski a economia não permitiu uma evolução significativa da cidade de Guarapuava até os anos 40 do século XX.

Posteriormente, com a atividade madeireira, na década de 40; o desenvolvimento de uma agricultura comercial, na década de 50; a industrialização nas décadas de 60 e 70, e um dinamismo nas décadas subseqüentes, baseados nas idéias de progresso, imprimiram um novo quadro de transformações na paisagem rural e nas formas e estrutura do meio urbano. Foi justamente a partir da década de 60 que a imagem da cidade, ou de suas formas visíveis, passava, até um limiar considerável, a corresponder às falas dos discursos das administrações públicas. Esse momento é marcante não só por esta característica, mas também pelo uso eficiente dos meios de comunicação social para a formação de uma imagem urbana envolta em prosperidade, o que nem sempre correspondia à melhoria de qualidade de vida da população, principalmente daquela que se concentrava nas áreas periféricas da cidade. (1999, p.15 e 16)

O município de Guarapuava possui atualmente cerca de 180 mil habitantes e uma relativa significação econômica na região central do Paraná. Até os anos 70 do século XX, sua população era majoritariamente rural, havendo a partir de então um movimento de êxodo rural que acabou por trazer à cidade a maior parte da população, acarretando uma periferização acelerada devido ao rápido crescimento populacional no núcleo urbano,

assim como o aumento de vários problemas socioambientais, entre eles o aumento da produção de resíduos domiciliares e os problemas decorrentes de sua destinação pelos órgãos responsáveis. (ANTONIO, 2009)

A população de Guarapuava produz cerca de 3.000 toneladas/mês de resíduos sólidos decorrentes da coleta comercial, domiciliar e pública: varrição de ruas, capina. Desse total 2.000 toneladas são de compostos orgânicos, 800 toneladas de materiais recicláveis e 200 são de entulho, aproximadamente. A Companhia de Serviços e Urbanização de Guarapuava (SURG), sociedade anônima de economia mista criada pela Lei nº52/1971, é a responsável entre outras coisas pelo planejamento e execução dos serviços de coleta e destinação final de resíduos sólidos do município e também é a gerenciadora do Fundo de Urbanização de Guarapuava (FURG). (HERZER *et alii*, 2009)

O outro órgão administrativo municipal responsável por questões ambientais em Guarapuava é a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Florestal (SEMAFLOR). A SEMAFLOR é responsável pelo planejamento e gestão de diversos projetos ambientais do município, entre eles os de coleta seletiva (em parceria com a SURG e com a Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava) e o projeto ECOFEIRA. A secretaria também é responsável por fiscalizar os serviços de coleta de resíduos do sistema de saúde pública, que está a cargo de uma empresa privada, e fiscalizar o serviço de caçambas de entulho de construção civil.

Todos esses serviços, projetos, instituições e servidores têm suas atividades reguladas por uma série de leis municipais, estaduais e federais que definem as diretrizes e responsabilidades, em cada esfera estatal, para os agentes envolvidos com o gerenciamento dos resíduos sólidos urbanos. Essa legislação, no entanto, não existia nos anos 70. As leis, programas e empresas do setor em questão foram sendo criadas durante os anos e de acordo com as demandas apresentadas pela sociedade.

Desta forma, interessou-nos entender como o poder público, por meio das instituições públicas e políticas (prefeitura, câmara de vereadores, secretarias municipais, partidos, associações), representantes do Estado e da sociedade na esfera municipal,

formulou uma série de políticas públicas que procuraram resolver os problemas concernentes à produção e destinação dos resíduos sólidos domiciliares.

Considerações finais.

Os problemas ambientais não afetam só a natureza, também afetam o ser humano e a sociedade como um todo, pois o ser humano não está isolado de seu ambiente, a sociedade está inserida na natureza e depende dela para garantir seus meios de subsistência e de reprodução material. Sem a natureza e sem tudo o que ela pode nos fornecer, o que faríamos? Será que podemos fabricar água? Ou podemos fabricar o ar que respiramos ou as plantas das quais necessitamos para extrair substâncias com as quais faremos remédios ou com as quais nos alimentamos?

Assim, procuramos entender como as políticas públicas ambientais municipais vislumbraram esses problemas e quais foram às soluções buscadas pelo poder público para resolver os problemas ambientais que emergiram nesta sociedade. Além disso, também procuramos esclarecer quais foram os temas que estiveram presentes nos debates para formulação das políticas públicas específicas para o setor ambiental.

Na pesquisa realizada até o momento junto aos órgãos institucionais municipais foi possível perceber que as propostas de lei, e as leis subsequentes, diretamente relacionadas com a questão da produção, coleta e destinação de lixo urbano residencial são poucas. A maioria das políticas públicas desenvolvidas no município de Guarapuava até o final dos anos 90 se preocupou com o assunto de maneira indireta, contemplando o tema dentro de uma política urbana em poucos artigos a exemplo da Lei nº 8/1981 (cria o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente) e a Lei nº 37/1986 (Zoneamento de uso e ocupação do solo do perímetro urbano).

Somente com a criação da Associação dos Catadores de Papel de Guarapuava (ACPG) em 1995 e sua atuação na cidade com a coleta seletiva de maneira formal, as

autoridades e a sociedade começaram a propor alternativas e cobrar medidas que melhorassem o sistema de coleta e destinação dos resíduos sólidos urbanos. Antes da fundação da ACPG a atividade de coleta de materiais recicláveis já era realizada pelos próprios catadores que fundaram a associação, porém de maneira informal e sem nenhum apoio da prefeitura municipal.

Dessa maneira a questão passou a ser apreciada pelos poderes constituídos que incentivaram a criação de programas de incentivo à reciclagem e à coleta seletiva dentro do município de Guarapuava. A questão do gerenciamento do lixo urbano parece nesse momento adquirir visibilidade e interesse devido às mudanças da própria sociedade.

Gostaríamos de destacar também a predominância de ação do poder executivo na proposição de políticas públicas ambientais em Guarapuava, configurando um modelo Incrementalista, ou seja, onde o governo não parte da estaca zero e sim opta por incrementar ou melhorar uma determinada política pública já existente.

No município de Guarapuava, grande parte das políticas públicas regulatórias, que envolvem “[...] burocracia, políticos e grupos de interesse [...]”, e constitutivas “[...] que lidam com procedimentos [...]” (SOUZA, 2006, p.28) se enquadram no modelo de política pública de processo incremental.

Exemplos dessas políticas são as que instituíram os Planos Diretores Municipais (Lein^o 1101/2001, Lei Complementar n^o 016/2006 e Lei n^o 1882/2010) e também as que instituem os Zoneamentos de uso e ocupação do solo urbano (Lein^o 37/1986, Lei Complementar n^o 02/91, Lei n^o 1024/2001 e Lei n^o 024/2008), complementando, melhorando ou adequando a legislação anterior a normas federais ou estaduais que regulamentam o assunto e às quais a legislação municipal é obrigada a respeitar e se enquadrar.

Temos ainda um longo caminho a percorrer no entendimento de como foram e estão sendo formuladas as políticas públicas ambientais em Guarapuava, mas consideramos de fundamental importância continuar a trilhar esse caminho na busca de

uma compreensão socioambiental da história e almejando contribuir para o aprofundamento da democracia na política socioambiental.

Lembremo-nos

A Terra é uma totalidade complexa física/biológica/antropológica, na qual a vida é uma emergência da história da Terra e o homem uma emergência da história da vida terrestre. A relação do homem com a natureza não pode ser concebida de forma redutora nem de forma separada. A humanidade é uma entidade planetária e biosférica. (MORIN, 1995, p.167)

Desta forma, encerramos com esta reflexão de Edgar Morin a respeito da reforma do pensamento, com o qual concordamos plenamente e com o qual esperamos poder contribuir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jozimar Paes de. Questões conceituais na História Ambiental. In: GIANNATTASIO, G.; IVANO, R. (Org.). **Epistemologias da História: verdade, linguagem, realidade, interpretação e sentido na pós-modernidade**. Londrina: EDUEL, 2011. p. 241-264.

ANTONIO, Janaína Natali. **Mapeamento de áreas potenciais a implantação de aterro sanitário em Guarapuava-PR, com uso de redes neurais artificiais**. 2009. 130p. Dissertação de mestrado em Gestão de Território. Ponta Grossa: UEPG, 2009.

ASSUNÇÃO, E. F.; ANTONIO, J. N.; GOMES, M. F. V. B.. A produção e o gerenciamento e a produção dos resíduos sólidos domiciliares na cidade Guarapuava-PR. **Terr@ Plural**, Ponta Grossa, 1(2), p. 119-128, ago/dez 2007.

GONÇALVES, Carlos Walter Porto. **Os (des)caminhos do meio ambiente**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **O desafio ambiental**. Org. Emir Sader. Rio de Janeiro: Record, 2004.

GOULART, N.; FURTADO, Jorge. **Ilha das flores**. [Documentário-vídeo]. Produção de Nora Goulart, direção de Jorge Furtado. Porto Alegre, Casa de cinema de Porto Alegre, 1989, VHS/NTSC, 12 min., color. son..

HAM, C.; HILL, M.. **O processo de elaboração de políticas públicas no estado capitalista moderno**. Tradução de Renato Amorim e Renato Dagnino. Londres: 1993. Disponível em <<http://pt.scribd.com/doc/53092753/Texto-Processo-de-Elaboracao-de-Políticas-no-Estado-Capitalista-Moderno-Hill>> Acesso em 14/07/2012

HERZER, F. E. A.; BROETTO, A. D. B.; SOUZA, J. B. de. Diagnóstico da gestão de resíduos sólidos urbanos no município de Guarapuava-PR. **VII Semana de Engenharia Ambiental**, UNICENTRO/Irati, junho de 2009. Disponível em <http://www.unicentro.br/graduacao/deamb/semana_estudos/pdf_09/DIAGN%D3STICO%20DA%20GEST%C3O%20DOS%20RES%20CDDUOS%20S%D3LIDOS%20URBANOS%20NO%20MUNIC%20CDPIO%20DE%20GUARAPUAVA-PR.pdf> Acesso em 26/mai/2011

KOBELINSKI, Michel. **Guarapuava é isto aqui: da sedução dos discursos ao “marketing” da cidade**. 1999. 234p. Dissertação de mestrado em História. Unesp-Assis/Unicentro: Assis/Guarapuava, 1999.

MARTINEZ, Paulo Henrique. **História ambiental no Brasil: pesquisa e ensino**. São Paulo: Cortez, 2006.

MORIN, Edgar; KERN, Anne Brigitte. **Terra-Pátria**. 2 ed. Tradução de Paulo Neves. Porto Alegre: Sulina, 1995.

ROCHA, Carlos V.. Neoinstitucionalismo como modelo de análise de políticas públicas: algumas observações. **Civitas**, Porto Alegre, v.5, n. 1, p. 11-28, jan/jun 2005.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, jul/dez 2006.

TEMBIL, Márcia. **Em busca da cidade moderna: Guarapuava... recompondo histórias, tecendo memórias**. Guarapuava: UNICENTRO, 2007.